

## PROJETO DE LEI N.º 140/2025

### **“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL À MIRASUL TÊXTIL LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo, a conceder sob a forma de cessão de uso de bem imóvel, nos termos da Lei Municipal n.º 1.339/2013 de Novo Barreiro - RS, o imóvel matriculado no Registro de Imóveis de Palmeira das Missões-RS, sob o nº 21.434, com as seguintes características:

*Lote Urbano, destinado a área verde, com área superficial de três mil, quinhentos e cinquenta e dois metros quadrados (3.2,00 m²), sito na cidade de Novo Barreiro/RS, com as seguintes confrontações e dimensões: ao **NORTE**, onde mede vinte e quatro metros (24,00) com a Avenida São João Batista; ao **SUL**, onde mede vinte e quatro metros (24,00) com a Rua Ernesto Schneider; ao **LESTE**, onde mede cento e quarenta e oito metros (148,00) com os lotes n.º 13 e 25, sendo treze metros e cinquenta centímetros (13,50) com o lote n.º 13, onze metros (11,00) cada lote do 14 ao 24 e treze metros e cinquenta centímetros (13,50) com o lote n.º 25; e ao **OESTE**, onde mede cento e quarenta e oito metros (148,00) com os lotes n.º 01 a 12, sendo quatorze metros (14,00) o lote n.º 01, doze metros (12,00) cada lote do 02 ao 11, e quatorze metros (14,00) com o lote n.º 12, com uma CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM ÁREA DE 700 m²; Registro no Patrimônio Público Municipal sob os números 2818 e 2796, respectivamente.*

Art. 2º Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da política de incentivo, visando contribuir para o desenvolvimento do Município de Novo Barreiro, com a oportunidade de criação de novos empregos e aumento de arrecadação, fica dispensado o processo licitatório.

Art. 3º A cessão será feita pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por prazo igual ou diferente, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.

Art. 5º A cessionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da cessão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:

I – manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.

II – não alterar a finalidade da cessão, sob pena da cessionária ter que devolver, imediatamente, o bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.

III – não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.

IV – Atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.

V – Zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.

Art. 6º Findo o prazo estabelecido no art. 3º da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

Art. 7º A cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município, atendidas as normas e legislação vigente.

Art. 8º. O Município concederá a subsídio a fim de incentivo à Mirasul Indústria Têxtil Ltda.

- I. Reembolso de despesas com consumo de energia elétrica;
- II. Isenção de tributos e taxas municipais, salvo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- III. Transporte de operários e colaboradores;
- IV. Isenção do Pagamento da Taxa de água.

Parágrafo Único – Os benefícios acima só serão concedidos se a empresa, manter duas cédulas produtivas e equivalente a 10 empregos diretos.

Art. 9º - A Permissão de Uso, será condicionada a assinatura de Termo de Permissão de Uso devidamente assinado e publicado, nos termos desta Lei.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO, AOS 30 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025.**

**MARCIA RAQUEL RODRIGUES PRESOTTO**

**Prefeita Municipal**

## **JUSTIFICATIVA**

**Senhor Presidente, Ilustres Vereadores Municipais:**

Apresentamos o incluso projeto de Lei a fim de que mereça a atenção e a aprovação dos integrantes desta Colenda Casa.

Trata-se de autorização para que o Executivo Municipal realize a PERMISSÃO DE USO da Quadra Poliesportiva localizada no Bairro COHAB em Novo Barreiro, conforme memorial descritivo citado acima no Projeto de Lei n.º 140/2025.

Referida permissão de uso será para a indústria têxtil Mirasul da cidade de Sarandi – RS, que conforme carta de intenções anexo a este projeto, deseja instalar-se em Nosso Município, com instalação de uma filial proporcionando inicialmente 02 células produtivas e 10 empregos diretos.

Justifica-se a cedência do ginásio, pelo fato de que não se dispõe de nenhum outro imóvel disponível para ceder à empresa Mirasul Indústria Têxtil Ltda, salientando que o Executivo Municipal já possui a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico conforme cópia da ata em anexo.

Por esta razão, solicitamos a manifestação deste Poder Legislativo acerca do Projeto de Lei aqui encaminhado para a apreciação.

Sendo o objetivo do presente, ao ensejo reiteramos nossas cordiais saudações e nos colocamos a disposição para prestar esclarecimentos adicionais que eventualmente se façam necessários.

**Atenciosamente.**

**Marcia Raquel Rodrigues Presotto  
Prefeita Municipal**